

# NOTAS SOBRE DESAFIOS DO DIREITO CONTEMPORÂNEO

*Rosângela Lunardelli Cavallazzi*

O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Direito – da Faculdade de Direito de Campos objetiva qualificar profissionalmente o operador do Direito, segundo os critérios da CAPES, especialmente dirigido à formação, em nível de Mestrado, aliado à permanente busca da excelência acadêmica.

A proposta de um Mestrado Acadêmico na cidade de Campos dos Goitacases, vem responder a uma demanda traduzida, sem dúvida, pelo contexto político e econômico na região Norte e Noroeste Fluminense.

A tradição e experiência acadêmica da Faculdade de Direito de Campos (autorizada pelo Decreto Federal nº 47.662 de 19 de janeiro de 1960, reconhecida através do Decreto Federal nº 55.754 de 12 de fevereiro de 1965) tem sido comprovada ao longo das últimas quatro décadas.

A Instituição, através do seu Programa de Pós-Graduação, assumiu o desafio da pesquisa pioneira na área jurídica na região norte e noroeste fluminense.

O Curso de Mestrado, aprovado pela CAPES - MEC, está estruturado com duas áreas de concentração: *Relações Privadas e Constituição* e *Políticas Públicas e Processo* segundo suas linhas de pesquisa – **Acesso à Justiça e Processo; Cidadania e Direitos Sociais; Gestão Urbana; Relações de Família, Direito da Criança e do Adolescente e Relações Privadas Contemporâneas** – envolvendo um elenco de disciplinas prioritariamente técnicas articuladas por disciplinas básicas, além das complementares, formadas pelas conexas e eletivas.

O direito moderno tem girado em torno de dois eixos responsáveis pelo perfil das atividades tanto acadêmicas, como profissionais. O primeiro eixo é dado pela célebre dicotomia direito público/privado teimosamente conservada apesar do desmentido notório oriundo da prática de gestão das relações sociais na sociedade contemporânea. O segundo eixo consiste na vigência da racionalidade cognitivo - instrumental, fundante do conhecimento técnico - jurídico, dimensão do direito considerada predominante, para não dizer exclusiva.

A divisão público-privado, traço marcante no direito moderno – bem assim as críticas que pontuam esta falsa dicotomia – é reproduzida no âmbito do discurso e da prática acadêmica, tanto no nível da graduação, quanto no nível da pós-graduação.

Esta insistente abordagem tem sentido, pois reflete os paradigmas jurídicos que regem o senso comum dos juristas. Reconhecendo esta tendência, convém registrar como pertinentes as críticas efetivadas tanto pelos juristas e, principalmente, por pesquisadores de áreas de conhecimento afins, quando é ressaltada a inexorável vinculação entre a gestão do público e a gestão do privado nas relações sociais da sociedade contemporânea.

Totalmente absorvida por conflitos coletivos e diversificados, a sociedade contemporânea cristaliza novos conflitos, novas concepções sobre as relações entre Estado e Sociedade Civil. O Estado cada vez mais privatizado adota a parceria da gestão do público sem, contudo, manter uma relação sequer eqüitativa.

As referências do pensamento moderno - racionalidade cognitivo-instrumental e conhecimento técnico-científico pretensamente neutro - não constituem instrumental teórico capaz de compreender as complexas, fragmentárias e aparentemente irracionais dinâmicas do mundo contemporâneo.

O direito estatal moderno, seguindo sua lógica racional, estabelece padrões uniformizantes na perspectiva do controle, a partir do sentido da norma.

Esta sociedade de massas, essencialmente norteadada pelos protótipos uniformizantes, globaliza mercados e consumidores,

desconhecendo a singularidade das relações sociais, quando justamente a sociedade contemporânea prima pela diversidade e pelo pluralismo.

É necessário, portanto, garantir a permanência de uma “porta aberta” (fronteiras móveis) do sistema jurídico lógico formal e o seu entorno ou contorno com as práticas sociais instituintes.

Atentos à dinâmica social, alguns programas de pós-graduação *stricto sensu* do campo jurídico, credenciados e avaliados pela CAPES, recentemente, explicitam uma certa tendência apontando para mudanças inspiradas na sociedade contemporânea, no sentido da relação entre público e privado em algumas linhas de pesquisa ou até em áreas de concentração. Porém, este movimento ainda não é suficiente para abranger o campo jurídico na sua complexidade, isto é, alcançando os tradicionais campos do público e do privado sem, contudo, estabelecer rígida fronteira entre eles.

A relação público-privado assume na sociedade contemporânea uma tal complexidade que, infelizmente, não vem sendo possível compreender no âmbito exclusivo do Direito Público ou mesmo no Direito Privado.

Nesta ótica, carece de maior espaço e reconhecimento acadêmico o que a prática jurídica já sobejamente adotou: a dinâmica e irreversível publicização do privado e a privatização do público.

O perfil social da Constituição de 1988 redireciona todo o Ordenamento Jurídico Estatal, constituindo um eixo paradigmático das relações jurídicas.

Deslocando falsas dicotomias, novos espaços serão construídos no sentido do equacionamento dos conflitos sociais hodiernos.

Marcada pela diversidade de conflitos e conseqüente pluralidade de demandas, a sociedade contemporânea exige uma postura profissional muito além do conhecimento técnico competente. Impõe uma postura ética e universal, sem, contudo, perder de vista a concretude das questões individuais e locais.

Segundo esta perspectiva, o Mestrado Acadêmico em Direito tão somente explicita no mundo acadêmico a demanda já consolidada e absorvida pelo profissional do Direito no sentido de

privilegiar o exercício profissional estruturado no conhecimento teórico-metodológico sobre as possibilidades – limites e alcance – do campo jurídico para realizar o papel de mediador dos conflitos contemporâneos.

Empreendendo novas metodologias, articulando ensino, pesquisa e extensão, a Faculdade de Direito de Campos consolida e (re)constrói permanentemente relevante e singular espaço acadêmico, continuamente ampliado através de intercâmbios interinstitucionais.